



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
Estado de São Paulo

EXERCÍCIO DE 2020

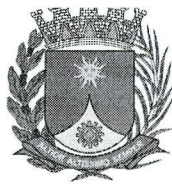
Interessado(s): **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

Doc. Processado: PROJETO DE LEI Nº **094**/2020

Data do Protocolo: 12/03/2020	Regime de tramitação: DE URGÊNCIA	Data final para apreciação: 13/04/2020
----------------------------------	---	---

Assunto:

Reformula o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART), e dá outras providências.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	021
PROC.	12312020
C.M.	elg

OFÍCIO/SJC Nº 0079/2020

Em 12 de março de 2020

Ao
Excelentíssimo Senhor
TENENTE SANTANA
Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Araraquara
Rua São Bento, 887 – Centro
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Senhor Presidente,

Pelo presente, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que reformula o Programa Municipal de Amparo à Cultura – PAC e dá outras providências.

As alterações propostas se justificam pela necessidade de atualização da legislação municipal no tocante ao Programa Municipal de Amparo à Cultura (PAC), posto que se trata de assunto de grande relevância ao apoio e promoção da diversidade cultural do Município, além da proposta de implantação do Fundo do Programa de Amparo à Cultura (FUNPAC), destinado ao financiamento das atividades culturais que muito engrandecem a sociedade e contribuem para a proteção do patrimônio material e imaterial do Município.

Nesse sentido, relevante destacar que a presente propositura constitui fruto da persistente e profícua atuação do Conselho Municipal de Cultura, órgão responsável por dar seu impulso inicial e que, de maneira diligente, supervisionou e acompanhou a sua tramitação em todas as instâncias da Prefeitura do Município de Araraquara, tendo apresentado relevantes contribuições para seu aperfeiçoamento e redação.

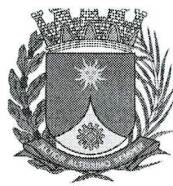
Assim, tendo em vista a finalidade a que o Projeto de Lei se destinará, entendemos estar plenamente justificada a propositura do mesmo que, por certo, irá merecer a aprovação desta Casa de Leis.

Finalmente, por julgarmos esta propositura como medida de urgência, solicitamos seja o presente Projeto de Lei apreciado dentro do menor prazo possível, nos termos do artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

Valemo-nos do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal



FLS.	03
PROC.	123/2020
C.M.	lll

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

PROJETO DE LEI Nº 094 / 2020

Reformula o Programa de Amparo à Cultura e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Art. 1º Fica reformulado o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART).

Parágrafo único. O incentivo referido no “caput” deste artigo será instrumentalizado por meio de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor dos incentivos autorizados na forma desta lei, a serem recebidos pelos proponentes de projetos culturais contemplados nos termos e condições desta lei e do respectivo instrumento convocatório.

Art. 2º O PAC será mantido com os recursos advindos do Fundo do Projeto de Apoio à Cultura (FUNPAC) e se destinará a:

- I – financiar a implementação e realização de projetos culturais no município de Araraquara;
- II – apoiar e promover a diversidade cultural no Município;
- III – reconhecer e patrocinar ações de produção artística e cultural;
- IV – proteger o patrimônio material e imaterial do Município; e
- V – ampliar o acesso e fruição de produções artísticas e culturais locais.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS CULTURAIS DESTINADOS AO PAC

Art. 3º Entende-se por projeto cultural a proposta de conteúdo artístico-cultural com destinação exclusivamente pública e de iniciativa privada independente, para a qual se pretende os benefícios do PAC, a ser apresentada e realizada exclusivamente no município de Araraquara.



FLS.	04
PRCC.	123/2020
C.M.	216

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Parágrafo único. Entende-se por projeto cultural de iniciativa privada independente aquele que atenda cumulativamente às seguintes exigências:

I – não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de som e imagem, operadoras de comunicação eletrônica aberta ou por assinatura; e

II - não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com os patrocinadores do projeto apresentado.

Art. 4º Sem prejuízo de outras exigências a serem estabelecidas pelo Conselho Municipal de Cultura, o projeto cultural deverá ser descrito pormenorizadamente, devendo ser elencados, dentre outros:

I – descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

II – forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a elas atreladas;

III – descrição da realidade sobre a qual será realizado o projeto, devendo ser demonstrado o nexó entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

IV – tempo de duração, responsáveis técnicos e público-alvo;

V – planilha de custos previstos com a produção, incluindo, dentre outros:

a) remuneração de pessoal envolvido;

b) custos de serviços, materiais e aluguéis;

c) custos administrativos;

VI – cronograma de atividades; e

VII – descrição da contrapartida do proponente por meio do Plano de Acesso.

§ 1º A exigência constante da alínea “a” do inciso V do “caput” deste artigo deverá compreender as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

§ 2º As exigências constantes das alíneas “b” e “c” do inciso V do “caput” deste artigo deverão vir comprovadas com orçamentos, que deverão, no mínimo:

I – apresentar nome, endereço, CPF ou CNPJ de cada sujeito que fornecer orçamentos ao projeto; e



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	05
PROC.	123/2020
C.M.	<i>[Handwritten Signature]</i>

II – constar o prazo de validade do orçamento.

§ 3º Relativamente ao § 2º deste artigo, deverá o proponente apresentar, para cada item orçado, orçamentos de no mínimo 3 (três) fornecedores distintos, devidamente identificados pelo CPF ou pelo CNPJ.

Art. 5º O Plano de Acesso previsto no inciso VII do “caput” do art. 4º desta lei deve contemplar a definição do público-alvo, estimativa de atendimento e estratégia de divulgação do projeto.

§ 1º No caso de projetos de ação educativa ou de formação cultural, o Plano de Acesso deverá conter o projeto pedagógico, a grade de atividades e o currículo dos profissionais envolvidos.

§ 2º No caso de projetos que impliquem doação ou distribuição de produtos culturais à instituição pública ou privada sem fins lucrativos, o Plano de Acesso deverá conter a quantidade e o perfil dos beneficiados, incluindo justificativa da pertinência.

Art. 6º Os projetos de conteúdo sectário ou segregacionista relacionados a raça, gênero, orientação política, sexualidade ou religião não serão aceitos pelo PAC.

Seção I

Dos segmentos contemplados

Art. 7º O PAC contemplará projetos dos segmentos artístico-culturais abaixo estipulados:

I – artes plásticas, visuais e design;

II – centros culturais e espaços culturais independentes;

III – circo;

IV – cultura popular e artesanato;

V – dança;

VI – “hip-hop”;

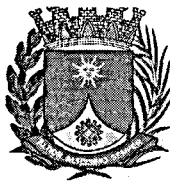
VII – literatura;

VIII – música;

IX – teatro;

X – vídeo;

XI – fotografia; e



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	06
PROC.	123/2020
C.M.	Me

XI – capoeira.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal de Cultura fixar, mediante resolução, o valor máximo de captação de projetos para cada segmento.

Seção II

Dos Proponentes

Art. 8º Poderão apresentar projetos ao PAC:

I – como pessoa natural, o próprio artista ou o detentor de direitos sobre o seu conteúdo; e

II – como pessoa jurídica, as associações, sociedades ou fundações regularmente registradas que tenham como objetivo atividades artísticas e culturais, bem como as instituições culturais sem fins lucrativos, devendo ambas estarem sediadas no município de Araraquara.

Parágrafo único. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica a órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta.

Art. 9º O proponente poderá inscrever até 2 (dois) projetos, devendo optar por apenas 1 (um) caso ambos sejam aprovados.

Art. 10. O mesmo projeto não poderá ser inscrito de forma fragmentada ou parcelada por proponentes diferentes.

Art. 11. Ao tempo da inscrição do projeto cultural junto ao PAC, deverá o proponente comprovar domicílio ou sede no Município há pelo menos 2 (dois) anos, contados da data da inscrição do projeto cultural.

Seção III

Do edital de inscrição

Art. 12. A FUNDART publicará no Diário Oficial, bem como em seu respectivo sítio eletrônico, o edital de inscrição de projetos culturais destinados aos recursos do PAC, contendo:

I – o período e o local das inscrições;

II – os objetivos de interesse público que norteiem os projetos a serem apresentados;

III – os requisitos mínimos para elaboração do projeto cultural previstos no art. 4º desta lei, sem prejuízo de eventual complementação a ser prevista no próprio edital;

IV – o valor máximo a ser concedido a cada segmento cultural;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	07
PROC.	123/2020
C.M.	elc

V – a exigência de apresentação:

a) de certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente;

b) em caso de proponente pessoa natural, de endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);

c) em caso de proponente pessoa jurídica:

1. de certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

2. de cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, devendo constar endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da SRFB de cada um dos dirigentes; e

VI – a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a execução dos projetos;

VII – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VIII – a minuta do instrumento a ser celebrado entre os proponentes vencedores e a FUNDART; e

IX – os demais documentos e informações necessários.

Parágrafo único. Para fins do inciso IV do “caput” deste artigo, o Edital também poderá fixar o valor máximo a ser concedido a cada projeto, tendo-se por base o respectivo segmento cultural; em qualquer caso, a Comissão Julgadora de Projetos poderá conceder a cada projeto valores inferiores ao limite máximo, desde que o faça motivadamente e tenha por pressuposto ampliar a quantidade de projetos contempladores com recursos.

Seção IV

Da Comissão Julgadora de Projetos

Art. 13. A Comissão Julgadora de Projetos, independente e autônoma, terá por atribuições a averiguação e a avaliação dos projetos culturais apresentados ao PAC, sendo composta por:



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	08
PROC.	123/2020
C.M.	116

I – 03 (três) integrantes do Conselho Municipal de Cultura, devendo ser contemplado com 1 (um) membro cada uma das classes especificadas nos incisos I a III do “caput” do art. 4º da Lei nº 7.953, de 6 de junho de 2013; e

II – 02 (dois) integrantes da FUNDART, permitida a indicação de membros de seu Conselho Curador.

§ 1º Os membros da Comissão Julgadora de Projetos serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2º Os integrantes da Comissão Julgadora de Projetos ficam proibidos de, diretamente ou por intermediário sob qualquer forma, submeter quaisquer projetos previstos nesta lei, bem como de prestar quaisquer serviços relacionados a projetos culturais que sejam ou possam ser objetos de aporte do PAC, desde a sua investidura nesta Comissão até o período de um 1 (um) ano após o término de seu mandato.

§ 3º O integrante da Comissão Julgadora de Projetos ficará impedido de analisar e votar os projetos apresentados pelas entidades ou instituições que o indicaram como representante de quaisquer dos entes previstos no “caput” deste artigo.

§ 4º A presidência da Comissão Julgadora de Projetos será exercida por representante da FUNDART para um mandato de 2 (dois) anos, somente tendo direito a voto nos casos de empate.

Art. 14. A Comissão Julgadora de Projetos contará com o apoio técnico e administrativo da FUNDART e, subsidiariamente, da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 15. Quando necessário, poderá a Comissão Julgadora de Projetos:

I – solicitar ao proponente dados complementares do projeto cultural; e

II – encaminhar os projetos para análise e manifestação de órgãos setoriais e comissões técnicas da Secretaria Municipal de Cultura, bem como da Procuradoria Geral do Município.

Seção V

Da Avaliação e Aprovação dos Projetos

Art. 16. A Comissão Julgadora de Projetos utilizará os seguintes critérios para avaliação dos projetos:

I – proposta orçamentária e compatibilidade de custos;

II – interesse público e artístico;

III – a experiência pregressa na atuação de projetos culturais;



FLS.	09
PROC.	123/2020
C.M.	[Signature]

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

IV – capacidade para a realização do projeto;

V – factibilidade do cronograma de atividades; e

VI – a contrapartida apresentada.

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no “caput” deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

§ 2º Em hipótese alguma os conteúdos dos critérios previstos no “caput” deste artigo deverão veicular, direta ou indiretamente, aspectos subjetivos; da mesma forma, a Comissão Julgadora de Projetos não poderá justificar suas decisões em quaisquer aspectos subjetivos atinentes aos projetos avaliados.

§ 3º A Comissão Julgadora de Projetos, no processo de avaliação de projetos, estará obrigatoriamente vinculada ao disposto nesta lei, bem como ao respectivo instrumento convocatório.

§ 4º Entende-se por contrapartida apresentada a oferta de um conjunto de ações visando garantir o mais amplo acesso da população ao produto do projeto cultural.

Art. 17. A aprovação de projetos pela Comissão Julgadora de Projetos deverá observar o princípio da não concentração por proponente, devendo ainda propiciar uma distribuição equânime dos recursos em conformidade com os seguimentos culturais encampados pelos proponentes.

Art. 18. A Comissão Julgadora de Projetos deverá levar em consideração a compatibilidade de custos do projeto, respaldada em valores praticados no mercado e de acordo com a sua dimensão, atendendo aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

Art. 19. É vedada a alteração do objeto do projeto aprovado, ressalvada a possibilidade de, em caráter excepcional e justificadamente, a Comissão Julgadora de Projetos autorizar tal alteração.

Parágrafo único. A autorização prevista no “caput” deste artigo será previamente comunicada aos demais proponentes, sendo vedado o prosseguimento da avaliação até que todos os proponentes sejam efetivamente comunicados.

Art. 20. As deliberações da Comissão Julgadora de Projetos deverão ser publicadas no publicado no jornal encarregado da divulgação dos Atos Oficiais da FUNDART no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Das deliberações da Comissão Julgadora de Projetos caberá recurso ao Conselho Municipal de Cultura.

Seção VI



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	10
PROC.	123/2010
C.M.	Alb

Dos projetos aprovados

Art. 21. Aprovado o projeto pela Comissão Julgadora de Projetos, a FUNDART deverá encaminhar notificação por escrito ao proponente, em até 20 (vinte) dias, anexando cópia da publicação prevista no "caput" do art. 20 desta lei.

Art. 22. A Comissão Julgadora de Projetos deverá fixar o valor do incentivo a ser concedido ao projeto, considerando:

- I – o limite com custos administrativos;
- II – a disponibilidade orçamentária;
- III – o interesse público na realização do projeto;
- IV – a conformidade com a política cultural do Município;
- V – a imprescindibilidade do incentivo fiscal municipal para sua realização;
- VI – a caracterização do proponente como pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos; e
- VII – a capacidade econômica de autossustentação.

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no "caput" deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

§ 2º O incentivo poderá ser parcial, não sendo obrigatório corresponder à totalidade do valor do projeto.

CAPÍTULO III

DO FUNDO DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Seção I

Da Administração e Gestão do FUNPAC

Art. 23. O FUNPAC será administrado pelo Conselho Curador da FUNDART, sob a fiscalização e aconselhamento do Conselho Municipal de Cultura, passando este último a ser o órgão fiscalizador da aplicação de seus recursos.

Art. 24. Caberá ao Conselho Curador da FUNDART:

- I – gerir o FUNPAC e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos;



FLS.	14
PROCC.	1202020
C.M.	<i>[Signature]</i>

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

II – garantir a execução dos projetos que estejam em consonância com as diretrizes e resoluções do Plano Municipal de Políticas para a Cultura;

III – submeter ao Conselho Municipal de Cultura de Araraquara as demonstrações semestrais de receita e despesa do Fundo; e

IV – apresentar ao conselho Municipal de Cultura a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo do Projeto de Apoio à Cultura, o FUNPAC.

Seção II

Das Receitas do FUNPAC

Art. 25. Constituirão receitas do FUNPAC, além das provenientes de incentivos fiscais previstos nesta lei, as dotações orçamentárias e o rendimento proveniente da aplicação de seus recursos disponíveis, bem como de:

I – transferências federais ou estaduais;

II – arrecadação vinda das tarifas ou preços públicos pela cessão de espaços públicos que estejam sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura, desde que autorizados por seu titular;

III – doações e legados;

IV – auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais;

V – saldos não utilizados na execução de projetos culturais;

VI – devolução de recursos pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais; e

VII – saldos de exercícios anteriores.

Art. 26. As pessoas naturais domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 5% (cinco por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 27. As pessoas jurídicas domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 2% (dois por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e



FLS.	121
PROC.	123/2020
C.M.	<i>[Signature]</i>

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 28. As contribuições referidas nos arts. 26 e 27 desta lei serão submetidas à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças, que procederá à apuração dos valores; somente após aprovação expressa pelo titular da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças os valores serão direcionados ao FUNPAC.

§ 1º O valor do total da soma das contribuições realizadas na forma dos arts. 26 e 27 desta lei não poderá superar, em cada exercício financeiro, o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º É vedada a participação, pelos sujeitos contribuintes de que tratam os arts. 26 e 27 desta lei, nos direitos patrimoniais ou na receita resultantes da veiculação, comercialização ou de quaisquer projetos que recebam recursos do PAC.

Art. 29. À Secretaria Municipal de Gestão e Finanças incumbe:

I – arrecadar os recursos recebidos em nome do PAC ou FUNPAC;

II – disciplinar, em obediência ao disposto nesta lei:

a) os limites quantitativos, em percentuais ou diretamente em valores, das contribuições a que se refere o art. 26 desta lei;

b) os controles fiscais e contábeis necessários para a arrecadação dos recursos; e

d) outros casos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a arrecadação de valores ao FUNPAC.

Seção III

Das Despesas e Dispêndios do FUNPAC

Art. 30. Os recursos financeiros destinados ao financiamento dos projetos inscritos no PAC advirão do FUNPAC.

Art. 31. Os recursos auferidos pelo FUNPAC devem ser destinados aos projetos culturais contemplados pelo PAC, na forma do Capítulo II desta lei, bem como a eventuais parcerias, formalizadas nos termos da legislação pertinente, destinadas a promover a democratização do acesso às atividades culturais e resgatar as práticas culturais da população local.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitida a utilização de recursos do FUNPAC para o pagamento de despesas com pessoal da Administração Pública, ou com qualquer atividade-meio do órgão público incumbido de operacionalizar o Programa.



FLS.	43
PROC.	123/2020
C.M.	ole

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 32. Os recursos do FUNPAC, quando de sua destinação aos projetos selecionados, só poderão ser depositados em contas correntes em nome do proponente e mantidas em instituição financeira indicada pela FUNDART.

§ 1º No momento da contribuição prevista nos arts. 26 e 27 desta lei, o contribuinte poderá indicar o projeto para o qual quer destinar os recursos advindos da sua contribuição, devendo a FUNDART estabelecer controle sobre esses valores e seus respectivos destinatários.

§ 2º Caso não haja nomeação da doação, os valores serão destinados diretamente ao FUNPAC, onde os mesmos poderão ser realocados para outros projetos ou divididos em partes iguais aos proponentes aprovados pela Comissão Julgadora prevista no art. 14 desta lei.

§ 3º Para a abertura das contas correntes, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da FUNDART.

§ 4º O saldo eventualmente existente em conta corrente bancária resultante da não utilização, da finalização ou do cancelamento de projeto no âmbito do PAC deverá ser recolhido ou transferido, por mecanismo bancário próprio, diretamente ao FUNPAC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do respectivo evento.

§ 5º Os rendimentos obtidos da aplicação dos valores no mercado financeiro passarão automaticamente a fazer parte do orçamento geral do projeto, devendo o proponente incluí-los na prestação final de contas.

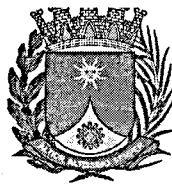
§ 6º Por solicitação escrita do proponente e obtida a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da Comissão Julgadora de Projetos, o saldo de que trata o "caput" deste artigo poderá ser transferido para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado.

Art. 33. Fica vedada a utilização dos recursos do FUNPAC para projetos culturais em que seja beneficiária a empresa que realize a contribuição prevista no art. 27 desta lei, bem como seus proprietários, sócios ou diretores, seus cônjuges e parentes, ascendentes ou descendentes, em até terceiro grau.

Parágrafo único. A utilização de recursos na forma prevista no "caput" deste artigo sujeitará a empresa que realize a contribuição prevista no art. 26 desta lei à cassação dos benefícios advindos do PAC, com prejuízo dos valores eventualmente já depositados.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DISPENDIDOS NO ÂMBITO DO PAC



FLS.	14
PROCC.	123/2020
C.M.	<i>[Signature]</i>

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 34. A prestação de contas do dispêndio dos recursos captados no âmbito PAC deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento firmado entre o proponente e o Poder Público.

Parágrafo único. Compete à FUNDART fornecer manuais específicos destinados a orientar os mecanismos e fluxos para a prestação de contas.

Art. 35. A prestação de contas deverá ser apresentada pelo proponente contemplado no prazo de até 90 (noventa) dias após o término das atividades do projeto cultural, bem como deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o projeto cultural foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

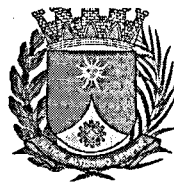
§ 5º Os elementos financeiros, orçamentários e monetários da prestação de contas deverão ser subscritos por profissional regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 36. Competirá a agente da FUNDART emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, no prazo de até 6 (seis) meses após o recebimento da documentação pertinente.

§ 1º No caso de prestação de contas única, o agente da FUNDART gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

§ 2º Se as atividades do projeto cultural excederem a um ano, o proponente contemplado deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do projeto cultural.

§ 3º Para fins de avaliação quanto à eficácia e à efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico de que trata o "caput" deste artigo deverá, obrigatoriamente, mencionar:



FLS.	15
PROCC.	223/2020
C.M.	elb

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos socioculturais do projeto no Município;
- III – o grau de satisfação do público-alvo; e
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Art. 37. O Conselho Curador da FUNDART, na qualidade de gestor do FUNPAC, terá 12 (doze) meses, após o recebimento da documentação pertinente, inclusive a prevista nos arts. 34 a 36 desta lei, para iniciar a verificação prestação de contas inicial do projeto.

Parágrafo único. Caso seja verificada imprecisão ou necessidade de complementação da prestação de contas, o proponente será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar seus esclarecimentos, encaminhar documentos e regularizar a situação.

Art. 38. O proponente será declarado inadimplente quando:

- I – utilizar indevidamente os recursos em finalidade diversa do projeto aprovado;
- II – não apresentar, no prazo exigido, o relatório de prestação de contas;
- III – não apresentar a documentação comprobatória hábil;
- IV – não concluir o projeto previsto no cronograma de atividades;
- V – não apresentar o produto resultante do projeto aprovado; e
- VI – não divulgar o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Araraquara, bem como de seus símbolos e logotipos, conforme previsto no edital correspondente.

Art. 39. O proponente somente poderá cadastrar novo projeto em seu nome após a entrega do relatório de prestação de contas do seu último projeto, que será suspenso caso a prestação de contas deste seja julgada irregular.

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 40. O proponente, pessoa física ou jurídica, que não prestar contas do projeto ou que tiver suas contas rejeitadas ficará sujeito aos seguintes procedimentos e sanções:

- I – suspensão da análise e arquivamento de outros projetos que estejam em tramitação na Comissão Julgadora de Projetos;



FLS.	16
PROC.	123/2020
C.M.	<i>[Signature]</i>

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

II – comunicação do fato à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças e à Procuradoria Geral do Município;

III – inscrição no Cadastro Informativo Municipal (CADIN);

IV – devolução do valor integral ou parcial, conforme sugestão no parecer previsto no art. 34 desta lei, devidamente aprovada pelo Conselho da FUNDART; e

VI – impedimento de apresentar novo projeto por um período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções criminais e civis cabíveis.

Parágrafo único. As sanções e procedimentos determinados neste artigo serão aplicadas proporcionalmente à gravidade das infrações cometidas.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 42. As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura do Município de Araraquara.

Art. 43. As contribuições ao PAC podem ser objeto de divulgação institucional pelos contribuintes, ficando-lhes permitido divulgar imagem empresarial associada às suas respectivas participações na implementação e manutenção de programas e atividades culturais no município de Araraquara.

Art. 44. Deverá a FUNDART manter, em sítio eletrônico da internet, banco de projetos aprovados pela Comissão a fim de propiciar que potenciais patrocinadores tenham conhecimento dos projetos culturais existentes.

Art. 45. Fica revogada a Lei nº 5.993, de 17 de março de 2003.

Art. 46. Esta lei em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 12 de março de 2020.

EDINHO SILVA
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

DESPACHOS

Processo nº 123/2020

FLS.	17
PROC.	123/2020
C.M.	206

Senhor Presidente,

Analisando a propositura ora recebida, é a presente para transmitir-lhe as seguintes informações, para definição do rito para sua correta tramitação:

Regime de tramitação: DE URGÊNCIA	Regime de votação: ÚNICA	Quórum: MAIORIA SIMPLES VOTAÇÃO SIMBÓLICA
Data de recebimento: 12 MAR 2020	Prazo para apreciação: 13 ABR 2020	

Comissões Permanentes que deverão se manifestar:

- 1 - Comissão de Justiça, Legislação e Redação;
- 2 - Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento;
- 3 - Comissão de Cultura, Esportes, Comunicação e Proteção ao Consumidor.

À Gerência de Gestão da Informação, para autuação, valendo-se, para tanto, dos dados previamente cadastrados no sistema quanto às informações sobre a proposição, o assunto e a autoria.

Araraquara, 12 de março de 2020.

VALDEMAR MARTINS NETO MOUCO MENDONÇA

Diretor Legislativo

Visto. De acordo.

Encaminhe-se os autos deste processo às comissões permanentes indicadas pela Diretoria Legislativa, na ordem em que indicadas.

Araraquara, 13 MAR. 2020

TENENTE SANTANA

Presidente



PARECER Nº

120

/2020

Projeto de Lei nº 94/2020

Processo nº 123/2020

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART), e dá outras providências.

Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes.

Trata-se de matéria de cunho estritamente administrativo, afeta ao Poder Executivo, porquanto constitui atividade relacionada à gestão municipal. A instituição de programas destinados à execução de políticas públicas e a disciplina da prestação de serviços públicos, executados direta ou indiretamente pelo poder público situa-se no domínio da reserva da Administração, espaço conferido com exclusividade ao Chefe do Poder Executivo no âmbito de seu poder normativo imune a interferências do Poder Legislativo.

Pela legalidade.

Quanto ao mérito, o plenário decidirá.

À Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento para manifestação.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, _____ 13 MAR. 2020 _____



Paulo Landim
Presidente da CJLR



José Carlos Porsani



Lucas Grecco



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento

Fonte	19
Proc.	123/20
Resp.	(3)

PARECER Nº 078 /2020

Processo nº 123/2020

Projeto de Lei nº 94/2020

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART), e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

Cabe ao plenário decidir.

À Comissão de Cultura, Esportes, Comunicação e Proteção ao Consumidor para manifestação.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, 16 MAR. 2020

Zé Luiz (Zé Macaco)
Presidente da CTFO

Elias Chediek

Juliana Damus



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Comissão de Cultura, Esportes, Comunicação e
Proteção ao Consumidor

Plata	20
Proc.	12312
Resp.	6

PARECER N°

006

/2020

Projeto de Lei nº 94/2020

Processo nº 123/2020

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART), e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

Cabe ao plenário decidir.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, 16 MAR. 2020

Roger Mendes
Presidente da CCECPC

Zé Luiz (Zé Macaco)

Juliana Damus

Aprovado em única discussão e votação, nos termos do artigo 245, do Regimento Interno.

Araraquara, 17 MAR. 2020

.....
Presidente

Dispensado o parecer sobre a redação final, a requerimento do vereador Paulo Benedito

Nos termos do artigo 268, do Regimento Interno

Araraquara, 17 MAR. 2020

.....
Presidente



Folha	21
Proc.	123/20
Resp.	O

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

AUTÓGRAFO NÚMERO 87/2020 PROJETO DE LEI NÚMERO 94/2020

Reformula o Programa de Amparo à Cultura e dá outras providências.

CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Art. 1º Fica reformulado o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART).

Parágrafo único. O incentivo referido no “caput” deste artigo será instrumentalizado por meio de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor dos incentivos autorizados na forma desta lei, a serem recebidos pelos proponentes de projetos culturais contemplados nos termos e condições desta lei e do respectivo instrumento convocatório.

Art. 2º O PAC será mantido com os recursos advindos do Fundo o Projeto de Apoio à Cultura (FUNPAC) e se destinará a:

- I – financiar a implementação e realização de projetos culturais no município de Araraquara;
- II – apoiar e promover a diversidade cultural no Município;
- III – reconhecer e patrocinar ações de produção artística e cultural;
- IV – proteger o patrimônio material e imaterial do Município; e
- V – ampliar o acesso e fruição de produções artísticas e culturais locais.

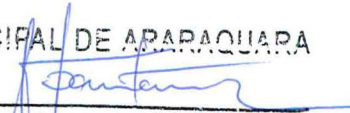
CAPÍTULO II DOS PROJETOS CULTURAIS DESTINADOS AO PAC

Art. 3º Entende-se por projeto cultural a proposta de conteúdo artístico-cultural com destinação exclusivamente pública e de iniciativa privada independente, para a qual se pretende os benefícios do PAC, a ser apresentada e realizada exclusivamente no município de Araraquara.

Parágrafo único. Entende-se por projeto cultural de iniciativa privada independente aquele que atenda cumulativamente às seguintes exigências:

- I – não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de som e imagem, operadoras de comunicação eletrônica aberta ou por assinatura; e
- II - não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com os patrocinadores do projeto apresentado.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



Folha	22
Proc.	12320
Resp.	

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 4º Sem prejuízo de outras exigências a serem estabelecidas pelo Conselho Municipal de Cultura, o projeto cultural deverá ser descrito pormenorizadamente, devendo ser elencados, dentre outros:

- I – descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- II – forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- III – descrição da realidade sobre a qual será realizado o projeto, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- IV – tempo de duração, responsáveis técnicos e público-alvo;
- V – planilha de custos previstos com a produção, incluindo, dentre outros:
 - a) remuneração de pessoal envolvido;
 - b) custos de serviços, materiais e aluguéis;
 - c) custos administrativos;
- VI – cronograma de atividades; e
- VII – descrição da contrapartida do proponente por meio do Plano de Acesso.

§ 1º A exigência constante da alínea “a” do inciso V do “caput” deste artigo deverá compreender as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

§ 2º As exigências constantes das alíneas “b” e “c” do inciso V do “caput” deste artigo deverão vir comprovadas com orçamentos, que deverão, no mínimo:

- I – apresentar nome, endereço, CPF ou CNPJ de cada sujeito que fornecer orçamentos ao projeto; e
- II – constar o prazo de validade do orçamento.

§ 3º Relativamente ao § 2º deste artigo, deverá o proponente apresentar, para cada item orçado, orçamentos de no mínimo 3 (três) fornecedores distintos, devidamente identificados pelo CPF ou pelo CNPJ.

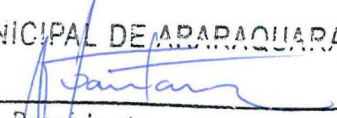
Art. 5º O Plano de Acesso previsto no inciso VII do “caput” do art. 4º desta lei deve contemplar a definição do público-alvo, estimativa de atendimento e estratégia de divulgação do projeto.

§ 1º No caso de projetos de ação educativa ou de formação cultural, o Plano de Acesso deverá conter o projeto pedagógico, a grade de atividades e o currículo dos profissionais envolvidos.

§ 2º No caso de projetos que impliquem doação ou distribuição de produtos culturais à instituição pública ou privada sem fins lucrativos, o Plano de Acesso deverá conter a quantidade e o perfil dos beneficiados, incluindo justificativa da pertinência.

Art. 6º Os projetos de conteúdo sectário ou segregacionista relacionados a raça, gênero, orientação política, sexualidade ou religião não serão aceitos pelo PAC.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Seção I

Dos segmentos contemplados

Art. 7º O PAC contemplará projetos dos segmentos artístico-culturais abaixo estipulados:

- I – artes plásticas, visuais e design;
- II – centros culturais e espaços culturais independentes;
- III – circo;
- IV – cultura popular e artesanato;
- V – dança;
- VI – “hip-hop”;
- VII – literatura;
- VIII – música;
- IX – teatro;
- X – vídeo;
- XI – fotografia; e
- XI – capoeira.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal de Cultura fixar, mediante resolução, o valor máximo de captação de projetos para cada segmento.

Seção II

Dos Proponentes

Art. 8º Poderão apresentar projetos ao PAC:

- I – como pessoa natural, o próprio artista ou o detentor de direitos sobre o seu conteúdo; e
- II – como pessoa jurídica, as associações, sociedades ou fundações regularmente registradas que tenham como objetivo atividades artísticas e culturais, bem como as instituições culturais sem fins lucrativos, devendo ambas estarem sediadas no município de Araraquara.

Parágrafo único. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica a órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta.

Art. 9º O proponente poderá inscrever até 2 (dois) projetos, devendo optar por apenas 1 (um) caso ambos sejam aprovados.


Art. 10. O mesmo projeto não poderá ser inscrito de forma fragmentada ou parcelada por proponentes diferentes.

Art. 11. Ao tempo da inscrição do projeto cultural junto ao PAC, deverá o proponente comprovar domicílio ou sede no Município há pelo menos 2 (dois) anos, contados da data da inscrição do projeto cultural.

Seção III

Do edital de inscrição

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 12. A FUNDART publicará no Diário Oficial, bem como em seu respectivo sítio eletrônico, o edital de inscrição de projetos culturais destinados aos recursos do PAC, contendo:

- I – o período e o local das inscrições;
- II – os objetivos de interesse público que norteiem os projetos a serem apresentados;
- III – os requisitos mínimos para elaboração do projeto cultural previstos no art. 4º desta lei, sem prejuízo de eventual complementação a ser prevista no próprio edital;
- IV – o valor máximo a ser concedido a cada segmento cultural;
- V – a exigência de apresentação:
 - a) de certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente;
 - b) em caso de proponente pessoa natural, de endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
 - c) em caso de proponente pessoa jurídica:
 - 1. de certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
 - 2. de cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, devendo constar endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da SRFB de cada um dos dirigentes; e
- VI – a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a execução dos projetos;
- VII – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- VIII – a minuta do instrumento a ser celebrado entre os proponentes vencedores e a FUNDART; e
- IX – os demais documentos e informações necessários.

Parágrafo único. Para fins do inciso IV do “caput” deste artigo, o Edital também poderá fixar o valor máximo a ser concedido a cada projeto, tendo-se por base o respectivo segmento cultural; em qualquer caso, a Comissão Julgadora de Projetos poderá conceder a cada projeto valores inferiores ao limite máximo, desde que o faça motivadamente e tenha por pressuposto ampliar a quantidade de projetos contempladores com recursos.


Seção IV Da Comissão Julgadora de Projetos

Art. 13. A Comissão Julgadora de Projetos, independente e autônoma, terá por atribuições a averiguação e a avaliação dos projetos culturais apresentados ao PAC, sendo composta por:

- I – 03 (três) integrantes do Conselho Municipal de Cultura, devendo ser contemplado com 1 (um) membro cada uma das classes especificadas nos incisos I a III do “caput” do art. 4º da Lei nº 7.953, de 6 de junho de 2013; e

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Página 4 de 12


Presidente



Folha	25
Proc.	123/20
Resp.	9

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

II – 02 (dois) integrantes da FUNDART, permitida a indicação de membros de seu Conselho Curador.

§ 1º Os membros da Comissão Julgadora de Projetos serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2º Os integrantes da Comissão Julgadora de Projetos ficam proibidos de, diretamente ou por intermediário sob qualquer forma, submeter quaisquer projetos previstos nesta lei, bem como de prestar quaisquer serviços relacionados a projetos culturais que sejam ou possam ser objetos de aporte do PAC, desde a sua investidura nesta Comissão até o período de um 1 (um) ano após o término de seu mandato.

§ 3º O integrante da Comissão Julgadora de Projetos ficará impedido de analisar e votar os projetos apresentados pelas entidades ou instituições que o indicaram como representante de quaisquer dos entes previstos no “caput” deste artigo.

§ 4º A presidência da Comissão Julgadora de Projetos será exercida por representante da FUNDART para um mandato de 2 (dois) anos, somente tendo direito a voto nos casos de empate.

Art. 14. A Comissão Julgadora de Projetos contará com o apoio técnico e administrativo da FUNDART e, subsidiariamente, da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 15. Quando necessário, poderá a Comissão Julgadora de Projetos:

- I – solicitar ao proponente dados complementares do projeto cultural; e
- II – encaminhar os projetos para análise e manifestação de órgãos setoriais e comissões técnicas da Secretaria Municipal de Cultura, bem como da Procuradoria Geral do Município.

Seção V


Da Avaliação e Aprovação dos Projetos

Art. 16. A Comissão Julgadora de Projetos utilizará os seguintes critérios para avaliação dos projetos:

- I – proposta orçamentária e compatibilidade de custos;
- II – interesse público e artístico;
- III – a experiência pregressa na atuação de projetos culturais;
- IV – capacidade para a realização do projeto;
- V – factibilidade do cronograma de atividades; e
- VI – a contrapartida apresentada.

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no “caput” deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

§ 2º Em hipótese alguma os conteúdos dos critérios previstos no “caput” deste artigo deverão veicular, direta ou indiretamente, aspectos subjetivos; da mesma forma, a Comissão Julgadora de Projetos não poderá justificar suas decisões em quaisquer aspectos subjetivos atinentes aos projetos avaliados.

§ 3º A Comissão Julgadora de Projetos, no processo de avaliação de projetos, estará obrigatoriamente vinculada ao disposto nesta lei, bem como ao respectivo instrumento convocatório.

§ 4º Entende-se por contrapartida apresentada a oferta de um conjunto de ações visando garantir o mais amplo acesso da população ao produto do projeto cultural.

Art. 17. A aprovação de projetos pela Comissão Julgadora de Projetos deverá observar o princípio da não concentração por proponente, devendo ainda propiciar uma distribuição equânime dos recursos em conformidade com os seguimentos culturais encampados pelos proponentes.

Art. 18. A Comissão Julgadora de Projetos deverá levar em consideração a compatibilidade de custos do projeto, respaldada em valores praticados no mercado e de acordo com a sua dimensão, atendendo aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

Art. 19. É vedada a alteração do objeto do projeto aprovado, ressalvada a possibilidade de, em caráter excepcional e justificadamente, a Comissão Julgadora de Projetos autorizar tal alteração.

Parágrafo único. A autorização prevista no “caput” deste artigo será previamente comunicada aos demais proponentes, sendo vedado o prosseguimento da avaliação até que todos os proponentes sejam efetivamente comunicados.

Art. 20. As deliberações da Comissão Julgadora de Projetos deverão ser publicadas no publicado no jornal encarregado da divulgação dos Atos Oficiais da FUNDART no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Das deliberações da Comissão Julgadora de Projetos caberá recurso ao Conselho Municipal de Cultura.

Seção VI Dos projetos aprovados

Art. 21. Aprovado o projeto pela Comissão Julgadora de Projetos, a FUNDART deverá encaminhar notificação por escrito ao proponente, em até 20 (vinte) dias, anexando cópia da publicação prevista no “caput” do art. 20 desta lei.

Art. 22. A Comissão Julgadora de Projetos deverá fixar o valor do incentivo a ser concedido ao projeto, considerando:

- I – o limite com custos administrativos;
- II – a disponibilidade orçamentária;



Folha	27
Proc.	1236
Resp.	9

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- III – o interesse público na realização do projeto;
- IV – a conformidade com a política cultural do Município;
- V – a imprescindibilidade do incentivo fiscal municipal para sua realização;
- VI – a caracterização do proponente como pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos; e
- VII – a capacidade econômica de autossustentação.

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no “caput” deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

§ 2º O incentivo poderá ser parcial, não sendo obrigatório corresponder à totalidade do valor do projeto.

CAPÍTULO III DO FUNDO DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Seção I Da Administração e Gestão do FUNPAC

Art. 23. O FUNPAC será administrado pelo Conselho Curador da FUNDART, sob a fiscalização e aconselhamento do Conselho Municipal de Cultura, passando este último a ser o órgão fiscalizador da aplicação de seus recursos.

Art. 24. Caberá ao Conselho Curador da FUNDART:

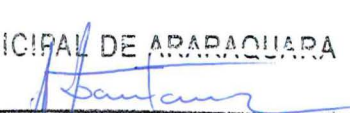
- I – gerir o FUNPAC e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos;
- II – garantir a execução dos projetos que estejam em consonância com as diretrizes e resoluções do Plano Municipal de Políticas para a Cultura;
- III – submeter ao Conselho Municipal de Cultura de Araraquara as demonstrações semestrais de receita e despesa do Fundo; e
- IV – apresentar ao conselho Municipal de Cultura a avaliação da situação econômico–financeira do Fundo do Projeto de Apoio à Cultura, o FUNPAC.

Seção II Das Receitas do FUNPAC

Art. 25. Constituirão receitas do FUNPAC, além das provenientes de incentivos fiscais previstos nesta lei, as dotações orçamentárias e o rendimento proveniente da aplicação de seus recursos disponíveis, bem como de:

- I – transferências federais ou estaduais;
- II – arrecadação vinda das tarifas ou preços públicos pela cessão de espaços públicos que estejam sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura, desde que autorizados por seu titular;
- III – doações e legados;

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

IV – auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais;

V – saldos não utilizados na execução de projetos culturais;

VI – devolução de recursos pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais; e

VII – saldos de exercícios anteriores.

Art. 26. As pessoas naturais domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 5% (cinco por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 27. As pessoas jurídicas domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 2% (dois por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 28. As contribuições referidas nos arts. 26 e 27 desta lei serão submetidas à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças, que procederá à apuração dos valores; somente após aprovação expressa pelo titular da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças os valores serão direcionados ao FUNPAC.

§ 1º O valor do total da soma das contribuições realizadas na forma dos arts. 26 e 27 desta lei não poderá superar, em cada exercício financeiro, o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º É vedada a participação, pelos sujeitos contribuintes de que tratam os arts. 26 e 27 desta lei, nos direitos patrimoniais ou na receita resultantes da veiculação, comercialização ou de quaisquer projetos que recebam recursos do PAC.

Art. 29. À Secretaria Municipal de Gestão e Finanças incumbe:

I – arrecadar os recursos recebidos em nome do PAC ou FUNPAC;

II – disciplinar, em obediência ao disposto nesta lei:

a) os limites quantitativos, em percentuais ou diretamente em valores, das contribuições a que se refere o art. 26 desta lei;

b) os controles fiscais e contábeis necessários para a arrecadação dos recursos; e

c) outros casos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a arrecadação de valores ao FUNPAC.

Seção III

Das Despesas e Dispêndios do FUNPAC

Art. 30. Os recursos financeiros destinados ao financiamento dos projetos inscritos no PAC advirão do FUNPAC.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Página 8 de 12

Presidente



Folha	29
Proc.	123/20
Resp.	9

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 31. Os recursos auferidos pelo FUNPAC devem ser destinados aos projetos culturais contemplados pelo PAC, na forma do Capítulo II desta lei, bem como a eventuais parcerias, formalizadas nos termos da legislação pertinente, destinadas a promover a democratização do acesso às atividades culturais e resgatar as práticas culturais da população local.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitida a utilização de recursos do FUNPAC para o pagamento de despesas com pessoal da Administração Pública, ou com qualquer atividade-meio do órgão público incumbido de operacionalizar o Programa.

Art. 32. Os recursos do FUNPAC, quando de sua destinação aos projetos selecionados, só poderão ser depositados em contas correntes em nome do proponente e mantidas em instituição financeira indicada pela FUNDART.

§ 1º No momento da contribuição prevista nos arts. 26 e 27 desta lei, o contribuinte poderá indicar o projeto para o qual quer destinar os recursos advindos da sua contribuição, devendo a FUNDART estabelecer controle sobre esses valores e seus respectivos destinatários.

§ 2º Caso não haja nomeação da doação, os valores serão destinados diretamente ao FUNPAC, onde os mesmos poderão ser realocados para outros projetos ou divididos em partes iguais aos proponentes aprovados pela Comissão Julgadora prevista no art. 14 desta lei.

§ 3º Para a abertura das contas correntes, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da FUNDART.

§ 4º O saldo eventualmente existente em conta corrente bancária resultante da não utilização, da finalização ou do cancelamento de projeto no âmbito do PAC deverá ser recolhido ou transferido, por mecanismo bancário próprio, diretamente ao FUNPAC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do respectivo evento.

§ 5º Os rendimentos obtidos da aplicação dos valores no mercado financeiro passarão automaticamente a fazer parte do orçamento geral do projeto, devendo o proponente incluí-los na prestação final de contas.

§ 6º Por solicitação escrita do proponente e obtida a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da Comissão Julgadora de Projetos, o saldo de que trata o "caput" deste artigo poderá ser transferido para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado.

Art. 33. Fica vedada a utilização dos recursos do FUNPAC para projetos culturais em que seja beneficiária a empresa que realize a contribuição prevista no art. 27 desta lei, bem como seus proprietários, sócios ou diretores, seus cônjuges e parentes, ascendentes ou descendentes, em até terceiro grau.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Parágrafo único. A utilização de recursos na forma prevista no “caput” deste artigo sujeitará a empresa que realize a contribuição prevista no art. 26 desta lei à cassação dos benefícios advindos do PAC, com prejuízo dos valores eventualmente já depositados.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DISPENDIDOS NO ÂMBITO DO PAC

Art. 34. A prestação de contas do dispêndio dos recursos captados no âmbito PAC deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento firmado entre o proponente e o Poder Público.

Parágrafo único. Compete à FUNDART fornecer manuais específicos destinados a orientar os mecanismos e fluxos para a prestação de contas.

Art. 35. A prestação de contas deverá ser apresentada pelo proponente contemplado no prazo de até 90 (noventa) dias após o término das atividades do projeto cultural, bem como deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o projeto cultural foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

§ 5º Os elementos financeiros, orçamentários e monetários da prestação de contas deverão ser subscritos por profissional regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 36. Competirá a agente da FUNDART emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, no prazo de até 6 (seis) meses após o recebimento da documentação pertinente.

§ 1º No caso de prestação de contas única, o agente da FUNDART gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

§ 2º Se as atividades do projeto cultural excederem a um ano, o proponente contemplado deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do projeto cultural.

§ 3º Para fins de avaliação quanto à eficácia e à efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico de que trata o “caput” deste artigo deverá, obrigatoriamente, mencionar:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos socioculturais do projeto no Município;
- III – o grau de satisfação do público-alvo; e
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Art. 37. O Conselho Curador da FUNDART, na qualidade de gestor do FUNPAC, terá 12 (doze) meses, após o recebimento da documentação pertinente, inclusive a prevista nos arts. 34 a 36 desta lei, para iniciar a verificação prestação de contas inicial do projeto.

Parágrafo único. Caso seja verificada imprecisão ou necessidade de complementação da prestação de contas, o proponente será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar seus esclarecimentos, encaminhar documentos e regularizar a situação.

Art. 38. O proponente será declarado inadimplente quando:

- I – utilizar indevidamente os recursos em finalidade diversa do projeto aprovado;
- II – não apresentar, no prazo exigido, o relatório de prestação de contas;
- III – não apresentar a documentação comprobatória hábil;
- IV – não concluir o projeto previsto no cronograma de atividades;
- V – não apresentar o produto resultante do projeto aprovado; e
- VI – não divulgar o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Araraquara, bem como de seus símbolos e logotipos, conforme previsto no edital correspondente.

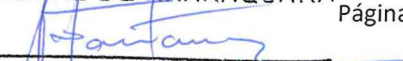
Art. 39. O proponente somente poderá cadastrar novo projeto em seu nome após a entrega do relatório de prestação de contas do seu último projeto, que será suspenso caso a prestação de contas deste seja julgada irregular.

CAPÍTULO VI DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 40. O proponente, pessoa física ou jurídica, que não prestar contas do projeto ou que tiver suas contas rejeitadas ficará sujeito aos seguintes procedimentos e sanções:

- I – suspensão da análise e arquivamento de outros projetos que estejam em tramitação na Comissão Julgadora de Projetos;
- II – comunicação do fato à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças e à Procuradoria Geral do Município;
- III – inscrição no Cadastro Informativo Municipal (CADIN);

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA


Presidente



Folha	32
Proc.	12310
Resp.	

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

IV – devolução do valor integral ou parcial, conforme sugestão no parecer previsto no art. 34 desta lei, devidamente aprovada pelo Conselho da FUNDART; e

V – impedimento de apresentar novo projeto por um período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções criminais e civis cabíveis.

Parágrafo único. As sanções e procedimentos determinados neste artigo serão aplicadas proporcionalmente à gravidade das infrações cometidas.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 42. As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura do Município de Araraquara.


Art. 43. As contribuições ao PAC podem ser objeto de divulgação institucional pelos contribuintes, ficando-lhes permitido divulgar imagem empresarial associada às suas respectivas participações na implementação e manutenção de programas e atividades culturais no município de Araraquara.

Art. 44. Deverá a FUNDART manter, em sítio eletrônico da internet, banco de projetos aprovados pela Comissão a fim de propiciar que potenciais patrocinadores tenham conhecimento dos projetos culturais existentes.

Art. 45. Fica revogada a Lei nº 5.993, de 17 de março de 2003.

Art. 46. Esta lei em vigor na data de sua publicação.

“PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 18 de março de 2020.


TENENTE SANTANA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Estado de São Paulo

Palacete Vereador Carlos Alberto Manço

Gabinete da Presidência

Rua São Bento, nº 887 – Centro

CEP 14801-300 – ARARAQUARA /SP

Telefone PABX (16) 3301-0600 - FAX (16) 3301-0647

Folha	33
Proc.	1230
Resp.	[assinatura]

Ofício nº 047/2020-DL

Araraquara, 18 de março de 2020

A Sua Excelência o Senhor
Edson Antonio Edinho da Silva
Prefeito do Município de Araraquara

Assunto: **Encaminhamento de autógrafos**

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em obediência ao artigo 81 da Lei Orgânica do Município, encaminho, anexos, os autógrafos aos projetos de lei aprovados na sessão ordinária realizada no dia 17 de março de 2020 a seguir relacionados:

Autógrafo	Projeto de Lei	Ementa
080/2020	424/2019	Denomina Rua Marcelo Real Dias via pública do Município.
081/2020	001/2020	Denomina Avenida Professora Marli do Carmo Bellote via pública do Município.
082/2020	084/2020	Autoriza a doação onerosa de imóvel do Município a T G Transportes Rodoviários Ltda. ME, e dá outras providências.
083/2020	089/2020	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.
084/2020	090/2020	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.
085/2020	092/2020	Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo associar o Município como membro na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), e dá outras providências.
086/2020	093/2020	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.
087/2020	094/2020	Reformula o Programa de Amparo à Cultura e dá outras providências.
088/2020	095/2020	Autoriza a retirada, nos termos que especifica, de ônus, encargos e condições impostos nas alienações de imóveis do Município autorizadas pela Lei nº 3.224, de 9 de outubro de 1985.

Atenciosamente,


TENENTE SANTANA
Presidente



OFÍCIO SMJC/EAO Nº 013/2020

Em 27 de março de 2020

Ao
Excelentíssimo Senhor
TENENTE SANTANA
Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, -887
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, com os nossos cordiais cumprimentos, tomamos a liberdade de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, as inclusas Leis Municipais abaixo relacionadas:

Lei	Data	Autógrafo	Projeto de Lei
9.921 ✓	19/03/2020	82/2020	84/2020
9.922 ✓	19/03/2020	83/2020	89/2020
9.923 ✓	19/03/2020	84/2020	90/2020
9.924 ✓	19/03/2020	85/2020	92/2020
9.925 ✓	19/03/2020	86/2020	93/2020
9.926 ✓	19/03/2020	87/2020	94/2020
9.927 ✓	19/03/2020	88/2020	95/2020
9.930 ✓	25/03/2020	96/2020	103/2020
9.931 ✓	25/03/2020	97/2020	102/2020

Na oportunidade, renovamos os protestos de nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Processo nº 123/2020
À Gerência de Gestão da Informação
Para os devidos fins.

LP 123/2020

Valdemar Martins Neto Mouco
Diretor Legislativo

MARIAMÁLIA DE VASCONCELLOS AUGUSTO
Secretária Municipal de Justiça e Cidadania



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 9.926, DE 19 DE MARÇO DE 2020 Autógrafo nº 87/2020 – Projeto de Lei nº 94/2020

Reformula o Programa de Amparo à Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do “caput” do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 17 de março de 2020, promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Art. 1º Fica reformulado o Programa de Amparo à Cultura (PAC), consistente em incentivos para a realização de projetos culturais e a ser operacionalizado pela Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara (FUNDART).

Parágrafo único. O incentivo referido no “caput” deste artigo será instrumentalizado por meio de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor dos incentivos autorizados na forma desta lei, a serem recebidos pelos proponentes de projetos culturais contemplados nos termos e condições desta lei e do respectivo instrumento convocatório.

Art. 2º O PAC será mantido com os recursos advindos do Fundo o Projeto de Apoio à Cultura (FUNPAC) e se destinará a:

- I – financiar a implementação e realização de projetos culturais no município de Araraquara;
- II – apoiar e promover a diversidade cultural no Município;
- III – reconhecer e patrocinar ações de produção artística e cultural;
- IV – proteger o patrimônio material e imaterial do Município; e
- V – ampliar o acesso e fruição de produções artísticas e culturais locais.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS CULTURAIS DESTINADOS AO PAC

Art. 3º Entende-se por projeto cultural a proposta de conteúdo artístico-cultural com destinação exclusivamente pública e de iniciativa privada independente, para a qual se pretende os benefícios do PAC, a ser apresentada e realizada exclusivamente no município de Araraquara.

Parágrafo único. Entende-se por projeto cultural de iniciativa privada independente aquele que atenda cumulativamente às seguintes exigências:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

I – não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de som e imagem, operadoras de comunicação eletrônica aberta ou por assinatura; e

II - não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com os patrocinadores do projeto apresentado.

Art. 4º Sem prejuízo de outras exigências a serem estabelecidas pelo Conselho Municipal de Cultura, o projeto cultural deverá ser descrito pormenorizadamente, devendo ser elencados, dentre outros:

I – descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

II – forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas;

III – descrição da realidade sobre a qual será realizado o projeto, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

IV – tempo de duração, responsáveis técnicos e público-alvo;

V – planilha de custos previstos com a produção, incluindo, dentre outros:

a) remuneração de pessoal envolvido;

b) custos de serviços, materiais e aluguéis;

c) custos administrativos;

VI – cronograma de atividades; e

VII – descrição da contrapartida do proponente por meio do Plano de Acesso.

§ 1º A exigência constante da alínea “a” do inciso V do “caput” deste artigo deverá compreender as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

§ 2º As exigências constantes das alíneas “b” e “c” do inciso V do “caput” deste artigo deverão vir comprovadas com orçamentos, que deverão, no mínimo:

I – apresentar nome, endereço, CPF ou CNPJ de cada sujeito que fornecer orçamentos ao projeto; e

II – constar o prazo de validade do orçamento.

§ 3º Relativamente ao § 2º deste artigo, deverá o proponente apresentar, para cada item orçado, orçamentos de no mínimo 3 (três) fornecedores distintos, devidamente identificados pelo CPF ou pelo CNPJ.

Art. 5º O Plano de Acesso previsto no inciso VII do “caput” do art. 4º desta lei deve contemplar a definição do público-alvo, estimativa de atendimento e estratégia de divulgação do projeto.

§ 1º No caso de projetos de ação educativa ou de formação cultural, o Plano de Acesso deverá conter o projeto pedagógico, a grade de atividades e o currículo dos profissionais envolvidos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 2º No caso de projetos que impliquem doação ou distribuição de produtos culturais à instituição pública ou privada sem fins lucrativos, o Plano de Acesso deverá conter a quantidade e o perfil dos beneficiados, incluindo justificativa da pertinência.

Art. 6º Os projetos de conteúdo sectário ou segregacionista relacionados a raça, gênero, orientação política, sexualidade ou religião não serão aceitos pelo PAC.

Seção I Dos segmentos contemplados

Art. 7º O PAC contemplará projetos dos segmentos artístico-culturais abaixo estipulados:

- I – artes plásticas, visuais e design;
- II – centros culturais e espaços culturais independentes;
- III – circo;
- IV – cultura popular e artesanato;
- V – dança;
- VI – “hip-hop”;
- VII – literatura;
- VIII – música;
- IX – teatro;
- X – vídeo;
- XI – fotografia; e
- XI – capoeira.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal de Cultura fixar, mediante resolução, o valor máximo de captação de projetos para cada segmento.

Seção II Dos Proponentes

Art. 8º Poderão apresentar projetos ao PAC:

- I – como pessoa natural, o próprio artista ou o detentor de direitos sobre o seu conteúdo; e
- II – como pessoa jurídica, as associações, sociedades ou fundações regularmente registradas que tenham como objetivo atividades artísticas e culturais, bem como as instituições culturais sem fins lucrativos, devendo ambas estarem sediadas no município de Araraquara.

Parágrafo único. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica a órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta.

Art. 9º O proponente poderá inscrever até 2 (dois) projetos, devendo optar por apenas 1 (um) caso ambos sejam aprovados.

Art. 10. O mesmo projeto não poderá ser inscrito de forma fragmentada ou parcelada por proponentes diferentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 11. Ao tempo da inscrição do projeto cultural junto ao PAC, deverá o proponente comprovar domicílio ou sede no Município há pelo menos 2 (dois) anos, contados da data da inscrição do projeto cultural.

Seção III Do edital de inscrição

Art. 12. A FUNDART publicará no Diário Oficial, bem como em seu respectivo sítio eletrônico, o edital de inscrição de projetos culturais destinados aos recursos do PAC, contendo:

- I – o período e o local das inscrições;
- II – os objetivos de interesse público que norteiem os projetos a serem apresentados;
- III – os requisitos mínimos para elaboração do projeto cultural previstos no art. 4º desta lei, sem prejuízo de eventual complementação a ser prevista no próprio edital;
- IV – o valor máximo a ser concedido a cada segmento cultural;
- V – a exigência de apresentação:
 - a) de certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente;
 - b) em caso de proponente pessoa natural, de endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
 - c) em caso de proponente pessoa jurídica:
 - 1. de certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
 - 2. de cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, devendo constar endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da SRFB de cada um dos dirigentes; e
- VI – a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a execução dos projetos;
- VII – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- VIII – a minuta do instrumento a ser celebrado entre os proponentes vencedores e a FUNDART; e
- IX – os demais documentos e informações necessários.

Parágrafo único. Para fins do inciso IV do “caput” deste artigo, o Edital também poderá fixar o valor máximo a ser concedido a cada projeto, tendo-se por base o respectivo segmento cultural; em qualquer caso, a Comissão Julgadora de Projetos poderá conceder a cada projeto valores inferiores ao limite máximo, desde que o faça motivadamente e tenha por pressuposto ampliar a quantidade de projetos contempladores com recursos.

Seção IV Da Comissão Julgadora de Projetos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 13. A Comissão Julgadora de Projetos, independente e autônoma, terá por atribuições a averiguação e a avaliação dos projetos culturais apresentados ao PAC, sendo composta por:

I – 03 (três) integrantes do Conselho Municipal de Cultura, devendo ser contemplado com 1 (um) membro cada uma das classes especificadas nos incisos I a III do “caput” do art. 4º da Lei nº 7.953, de 6 de junho de 2013; e

II – 02 (dois) integrantes da FUNDART, permitida a indicação de membros de seu Conselho Curador.

§ 1º Os membros da Comissão Julgadora de Projetos serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2º Os integrantes da Comissão Julgadora de Projetos ficam proibidos de, diretamente ou por intermediário sob qualquer forma, submeter quaisquer projetos previstos nesta lei, bem como de prestar quaisquer serviços relacionados a projetos culturais que sejam ou possam ser objetos de aporte do PAC, desde a sua investidura nesta Comissão até o período de um 1 (um) ano após o término de seu mandato.

§ 3º O integrante da Comissão Julgadora de Projetos ficará impedido de analisar e votar os projetos apresentados pelas entidades ou instituições que o indicaram como representante de quaisquer dos entes previstos no “caput” deste artigo.

§ 4º A presidência da Comissão Julgadora de Projetos será exercida por representante da FUNDART para um mandato de 2 (dois) anos, somente tendo direito a voto nos casos de empate.

Art. 14. A Comissão Julgadora de Projetos contará com o apoio técnico e administrativo da FUNDART e, subsidiariamente, da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 15. Quando necessário, poderá a Comissão Julgadora de Projetos:

I – solicitar ao proponente dados complementares do projeto cultural; e

II – encaminhar os projetos para análise e manifestação de órgãos setoriais e comissões técnicas da Secretaria Municipal de Cultura, bem como da Procuradoria Geral do Município.

Seção V

Da Avaliação e Aprovação dos Projetos

Art. 16. A Comissão Julgadora de Projetos utilizará os seguintes critérios para avaliação dos projetos:

I – proposta orçamentária e compatibilidade de custos;

II – interesse público e artístico;

III – a experiência pregressa na atuação de projetos culturais;

IV – capacidade para a realização do projeto;

V – factibilidade do cronograma de atividades; e

VI – a contrapartida apresentada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no “caput” deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

§ 2º Em hipótese alguma os conteúdos dos critérios previstos no “caput” deste artigo deverão veicular, direta ou indiretamente, aspectos subjetivos; da mesma forma, a Comissão Julgadora de Projetos não poderá justificar suas decisões em quaisquer aspectos subjetivos atinentes aos projetos avaliados.

§ 3º A Comissão Julgadora de Projetos, no processo de avaliação de projetos, estará obrigatoriamente vinculada ao disposto nesta lei, bem como ao respectivo instrumento convocatório.

§ 4º Entende-se por contrapartida apresentada a oferta de um conjunto de ações visando garantir o mais amplo acesso da população ao produto do projeto cultural.

Art. 17. A aprovação de projetos pela Comissão Julgadora de Projetos deverá observar o princípio da não concentração por proponente, devendo ainda propiciar uma distribuição equânime dos recursos em conformidade com os seguimentos culturais encampados pelos proponentes.

Art. 18. A Comissão Julgadora de Projetos deverá levar em consideração a compatibilidade de custos do projeto, respaldada em valores praticados no mercado e de acordo com a sua dimensão, atendendo aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

Art. 19. É vedada a alteração do objeto do projeto aprovado, ressalvada a possibilidade de, em caráter excepcional e justificadamente, a Comissão Julgadora de Projetos autorizar tal alteração.

Parágrafo único. A autorização prevista no “caput” deste artigo será previamente comunicada aos demais proponentes, sendo vedado o prosseguimento da avaliação até que todos os proponentes sejam efetivamente comunicados.

Art. 20. As deliberações da Comissão Julgadora de Projetos deverão ser publicadas no publicado no jornal encarregado da divulgação dos Atos Oficiais da FUNDART no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Das deliberações da Comissão Julgadora de Projetos caberá recurso ao Conselho Municipal de Cultura.

Seção VI Dos projetos aprovados

Art. 21. Aprovado o projeto pela Comissão Julgadora de Projetos, a FUNDART deverá encaminhar notificação por escrito ao proponente, em até 20 (vinte) dias, anexando cópia da publicação prevista no “caput” do art. 20 desta lei.



Folha	41
Proc.	123/2020
Resp.	RTD

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 22. A Comissão Julgadora de Projetos deverá fixar o valor do incentivo a ser concedido ao projeto, considerando:

- I – o limite com custos administrativos;
- II – a disponibilidade orçamentária;
- III – o interesse público na realização do projeto;
- IV – a conformidade com a política cultural do Município;
- V – a imprescindibilidade do incentivo fiscal municipal para sua realização;
- VI – a caracterização do proponente como pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos; e
- VII – a capacidade econômica de autossustentação.

§ 1º O instrumento convocatório de projetos deverá pormenorizar o conteúdo de cada um dos critérios especificados no “caput” deste artigo, bem como atribuir os respectivos pesos e faixas de pontuação a serem aplicados pela Comissão Julgadora de Projetos.

§ 2º O incentivo poderá ser parcial, não sendo obrigatório corresponder à totalidade do valor do projeto.

CAPÍTULO III DO FUNDO DO PROGRAMA DE AMPARO À CULTURA

Seção I Da Administração e Gestão do FUNPAC

Art. 23. O FUNPAC será administrado pelo Conselho Curador da FUNDART, sob a fiscalização e aconselhamento do Conselho Municipal de Cultura, passando este último a ser o órgão fiscalizador da aplicação de seus recursos.

Art. 24. Caberá ao Conselho Curador da FUNDART:

- I – gerir o FUNPAC e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos;
- II – garantir a execução dos projetos que estejam em consonância com as diretrizes e resoluções do Plano Municipal de Políticas para a Cultura;
- III – submeter ao Conselho Municipal de Cultura de Araraquara as demonstrações semestrais de receita e despesa do Fundo; e
- IV – apresentar ao conselho Municipal de Cultura a avaliação da situação econômico–financeira do Fundo do Projeto de Apoio à Cultura, o FUNPAC.

Seção II Das Receitas do FUNPAC

Art. 25. Constituirão receitas do FUNPAC, além das provenientes de incentivos fiscais previstos nesta lei, as dotações orçamentárias e o rendimento proveniente da aplicação de seus recursos disponíveis, bem como de:

- I – transferências federais ou estaduais;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

II – arrecadação vinda das tarifas ou preços públicos pela cessão de espaços públicos que estejam sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura, desde que autorizados por seu titular;

III – doações e legados;

IV – auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais;

V – saldos não utilizados na execução de projetos culturais;

VI – devolução de recursos pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais; e

VII – saldos de exercícios anteriores.

Art. 26. As pessoas naturais domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 5% (cinco por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 27. As pessoas jurídicas domiciliadas no Município poderão contribuir com o FUNPAC com até 2% (dois por cento) do valor devido a cada incidência:

I – do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e

II – do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurado mensalmente.

Art. 28. As contribuições referidas nos arts. 26 e 27 desta lei serão submetidas à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças, que procederá à apuração dos valores; somente após aprovação expressa pelo titular da Secretaria Municipal de Gestão e Finanças os valores serão direcionados ao FUNPAC.

§ 1º O valor do total da soma das contribuições realizadas na forma dos arts. 26 e 27 desta lei não poderá superar, em cada exercício financeiro, o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º É vedada a participação, pelos sujeitos contribuintes de que tratam os arts. 26 e 27 desta lei, nos direitos patrimoniais ou na receita resultantes da veiculação, comercialização ou de quaisquer projetos que recebam recursos do PAC.

Art. 29. À Secretaria Municipal de Gestão e Finanças incumbe:

I – arrecadar os recursos recebidos em nome do PAC ou FUNPAC;

II – disciplinar, em obediência ao disposto nesta lei:

a) os limites quantitativos, em percentuais ou diretamente em valores, das contribuições a que se refere o art. 26 desta lei;

b) os controles fiscais e contábeis necessários para a arrecadação dos recursos;

c) outros casos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a arrecadação de valores ao FUNPAC.

Seção III

Das Despesas e Dispêndios do FUNPAC



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 30. Os recursos financeiros destinados ao financiamento dos projetos inscritos no PAC adirão do FUNPAC.

Art. 31. Os recursos auferidos pelo FUNPAC devem ser destinados aos projetos culturais contemplados pelo PAC, na forma do Capítulo II desta lei, bem como a eventuais parcerias, formalizadas nos termos da legislação pertinente, destinadas a promover a democratização do acesso às atividades culturais e resgatar as práticas culturais da população local.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitida a utilização de recursos do FUNPAC para o pagamento de despesas com pessoal da Administração Pública, ou com qualquer atividade-meio do órgão público incumbido de operacionalizar o Programa.

Art. 32. Os recursos do FUNPAC, quando de sua destinação aos projetos selecionados, só poderão ser depositados em contas correntes em nome do proponente e mantidas em instituição financeira indicada pela FUNDART.

§ 1º No momento da contribuição prevista nos arts. 26 e 27 desta lei, o contribuinte poderá indicar o projeto para o qual quer destinar os recursos advindos da sua contribuição, devendo a FUNDART estabelecer controle sobre esses valores e seus respectivos destinatários.

§ 2º Caso não haja nomeação da doação, os valores serão destinados diretamente ao FUNPAC, onde os mesmos poderão ser realocados para outros projetos ou divididos em partes iguais aos proponentes aprovados pela Comissão Julgadora prevista no art. 14 desta lei.

§ 3º Para a abertura das contas correntes, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da FUNDART.

§ 4º O saldo eventualmente existente em conta corrente bancária resultante da não utilização, da finalização ou do cancelamento de projeto no âmbito do PAC deverá ser recolhido ou transferido, por mecanismo bancário próprio, diretamente ao FUNPAC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do respectivo evento.

§ 5º Os rendimentos obtidos da aplicação dos valores no mercado financeiro passarão automaticamente a fazer parte do orçamento geral do projeto, devendo o proponente incluí-los na prestação final de contas.

§ 6º Por solicitação escrita do proponente e obtida a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da Comissão Julgadora de Projetos, o saldo de que trata o "caput" deste artigo poderá ser transferido para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado.

Art. 33. Fica vedada a utilização dos recursos do FUNPAC para projetos culturais em que seja beneficiária a empresa que realize a contribuição prevista no art. 27 desta lei, bem como seus proprietários, sócios ou diretores, seus cônjuges e parentes, ascendentes ou descendentes, em até terceiro grau.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Parágrafo único. A utilização de recursos na forma prevista no “caput” deste artigo sujeitará a empresa que realize a contribuição prevista no art. 26 desta lei à cassação dos benefícios advindos do PAC, com prejuízo dos valores eventualmente já depositados.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DISPENDIDOS NO ÂMBITO DO PAC

Art. 34. A prestação de contas do dispêndio dos recursos captados no âmbito PAC deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento firmado entre o proponente e o Poder Público.

Parágrafo único. Compete à FUNDART fornecer manuais específicos destinados a orientar os mecanismos e fluxos para a prestação de contas.

Art. 35. A prestação de contas deverá ser apresentada pelo proponente contemplado no prazo de até 90 (noventa) dias após o término das atividades do projeto cultural, bem como deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o projeto cultural foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

§ 5º Os elementos financeiros, orçamentários e monetários da prestação de contas deverão ser subscritos por profissional regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 36. Competirá a agente da FUNDART emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, no prazo de até 6 (seis) meses após o recebimento da documentação pertinente.

§ 1º No caso de prestação de contas única, o agente da FUNDART gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 2º Se as atividades do projeto cultural excederem a um ano, o proponente contemplado deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do projeto cultural.

§ 3º Para fins de avaliação quanto à eficácia e à efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico de que trata o “caput” deste artigo deverá, obrigatoriamente, mencionar:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos socioculturais do projeto no Município;
- III – o grau de satisfação do público-alvo; e
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Art. 37. O Conselho Curador da FUNDART, na qualidade de gestor do FUNPAC, terá 12 (doze) meses, após o recebimento da documentação pertinente, inclusive a prevista nos arts. 34 a 36 desta lei, para iniciar a verificação prestação de contas inicial do projeto.

Parágrafo único. Caso seja verificada imprecisão ou necessidade de complementação da prestação de contas, o proponente será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar seus esclarecimentos, encaminhar documentos e regularizar a situação.

Art. 38. O proponente será declarado inadimplente quando:

- I – utilizar indevidamente os recursos em finalidade diversa do projeto aprovado;
- II – não apresentar, no prazo exigido, o relatório de prestação de contas;
- III – não apresentar a documentação comprobatória hábil;
- IV – não concluir o projeto previsto no cronograma de atividades;
- V – não apresentar o produto resultante do projeto aprovado; e
- VI – não divulgar o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Araraquara, bem como de seus símbolos e logotipos, conforme previsto no edital correspondente.

Art. 39. O proponente somente poderá cadastrar novo projeto em seu nome após a entrega do relatório de prestação de contas do seu último projeto, que será suspenso caso a prestação de contas deste seja julgada irregular.

CAPÍTULO VI DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 40. O proponente, pessoa física ou jurídica, que não prestar contas do projeto ou que tiver suas contas rejeitadas ficará sujeito aos seguintes procedimentos e sanções:

- I – suspensão da análise e arquivamento de outros projetos que estejam em tramitação na Comissão Julgadora de Projetos;
- II – comunicação do fato à Secretaria Municipal de Gestão e Finanças e à Procuradoria Geral do Município;
- III – inscrição no Cadastro Informativo Municipal (CADIN);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- IV – devolução do valor integral ou parcial, conforme sugestão no parecer previsto no art. 34 desta lei, devidamente aprovada pelo Conselho da FUNDART; e
V – impedimento de apresentar novo projeto por um período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções criminais e civis cabíveis.

Parágrafo único. As sanções e procedimentos determinados neste artigo serão aplicadas proporcionalmente à gravidade das infrações cometidas.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 42. As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura do Município de Araraquara.

Art. 43. As contribuições ao PAC podem ser objeto de divulgação institucional pelos contribuintes, ficando-lhes permitido divulgar imagem empresarial associada às suas respectivas participações na implementação e manutenção de programas e atividades culturais no município de Araraquara.

Art. 44. Deverá a FUNDART manter, em sítio eletrônico da internet, banco de projetos aprovados pela Comissão a fim de propiciar que potenciais patrocinadores tenham conhecimento dos projetos culturais existentes.

Art. 45. Fica revogada a Lei nº 5.993, de 17 de março de 2003.

Art. 46. Esta lei em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 19 de março de 2020.


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal


JULIANA PICOLI AGATTE
Secretária Municipal de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania na data supra.


MARINA RIBEIRO DA SILVA
Coordenadora Executiva de Justiça e Cidadania

Arquivada em livro próprio. (“RAP”).